



Organização dos
Estados Americanos



FUNDAÇÃO
MARIA CECÍLIA
SOUTO VIDIGAL
PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

Secretaria de
Assuntos Estratégicos

Secretaria de
Direitos Humanos

Ministério de
Desenvolvimento Social
e Combate a Fome

Ministério da
Educação

Ministério da
Saúde



PRIMEIRO SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA FRENTE PARLAMENTAR DA PRIMEIRA INFÂNCIA DO BRASIL - CONGRESSO NACIONAL DO BRASIL

SEGUNDA REUNIÃO INTERNACIONAL DA REDE HEMISFÉRICA DE PARLAMENTARES E EX-PARLAMENTARES PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

“Construção do Marco Legal para as políticas públicas sobre a primeira infância”

RELATÓRIO FINAL

31 de maio de 2013

PRIMEIRO SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA “FRENTE PARLAMENTAR DA PRIMEIRA INFÂNCIA DO BRASIL” CONGRESSO NACIONAL DO BRASIL

SEGUNDA REUNIÃO INTERNACIONAL DA REDE HEMISFÉRICA DE PARLAMENTARES E EX-PARLAMENTARES PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

“Construção do Marco Legal para as políticas públicas sobre a primeira infância”

RELATÓRIO FINAL

Brasília, Brasil, 16 a 18 de abril de 2013

O Primeiro Seminário Internacional foi realizado de 16 a 18 de abril de 2013 no Auditório Nereu Ramos – Câmara dos Deputados e teve como finalidade contribuir para a construção de um Marco Legal para as políticas públicas que garanta sustentabilidade, reflita consonância com os novos descobrimentos das ciências, valorize e garanta uma atenção integral mais adequada para todas as crianças de 0-6 anos do Brasil e de todo o continente. No Brasil, as políticas públicas de primeira infância ganharam relevância nos últimos anos nos programas federais, estaduais e municipais.

O primeiro Seminário Internacional foi convocado pela Rede Hemisférica de Parlamentares e Ex-parlamentares pela Primeira Infância; e, pela Frente Parlamentar da Primeira Infância do Congresso Nacional do Brasil da qual participam deputados de nove partidos políticos. Contou com participação política de mais alto nível representada por cinco ministros federais, Deputados do Congresso, especialistas a nível mundial e legisladores de: Argentina, Brasil, Canadá, China, Colômbia, Equador, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Holanda, México, Panamá, Peru, os quais - junto com 500 autoridades de governo, sociedade civil e empresas do Brasil - desenvolveram uma agenda em consonância com os objetivos e resultados previstos para o evento.

Os ministros e autoridades técnicas, privadas e acadêmicas do Brasil concordaram em contar com uma legislação que garanta os avanços depois de avaliar o que existe de boas práticas de políticas de primeira infância em distintos setores e níveis de governo. Destacaram o respaldo total do Governo da Presidenta Dilma Rousseff com as iniciativas para cuidar, proteger e educar as crianças de zero a seis anos, as mães e as populações mais vulneráveis.

Os resultados dos trabalhos de grupo são apresentados ao final desse relatório, suas conclusões e recomendações servirão de guia para continuar as ações no Brasil e nos países participantes.

A Presidência da Rede Hemisférica de Parlamentares e Ex-parlamentares pela Primeira Infância convocou a III Reunião da Rede Hemisférica em Monterrey, Nuevo León, México, de 22 a 26 de outubro de 2013 onde os representantes dos países devem relatar os avanços alcançados a partir dos acordos firmados em Brasília.

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

DIA 17 DE ABRIL DE 2013

PROGRAMA ESPECIAL DE ABERTURA:

O presidente da Câmara de Deputados do Brasil, Henrique Eduardo Alves, liderou o ato de inauguração, junto com a Sra. Lisa Jordan, Diretora Executiva da Fundação Bernard van Leer, o Dep. Alberto Anaya Gutiérrez, Presidente da Rede Hemisférica de Parlamentares e Ex-parlamentares pela Primeira Infância e o Dep. Osmar Terra, Presidente da Frente Parlamentar da Primeira Infância do Brasil.

O Deputado Alves manifestou que “é tarefa impostergável do estado a criação de condições para a Primeira Infância. O ano de 2011, assinalou, foi muito importante porque foi constituída a **Frente Parlamentar da Primeira Infância do Brasil** com a participação de 9 partidos políticos. Os parlamentares do Brasil e da América Latina, preocupados com a saúde e a educação das crianças, se sensibilizaram com esse movimento; todos estão contribuindo para a construção de uma legislação eficaz, buscando o compromisso de legislaturas de outros países para obter os instrumentos necessários para fortalecer a Primeira Infância”. Com relação à transformação da proposta de marco legal em iniciativa legislativa, manifestou que esta se realizaria sem trâmites burocráticos na Câmara de Deputados, já que o primeiro passo será a criação de uma “Comissão Especial de Primeira Infância” que se encarregará da elaboração de uma lei marco antes do fim do ano; seu objetivo será criar um Estatuto de Primeira Infância que complemente o Estatuto da Criança e do Adolescente vigente”.

Por sua vez, o Dep. Osmar Terra, Presidente da *Frente Parlamentar da Primeira Infância do Brasil*, disse que o Seminário serviria para identificar os avanços e desafios das políticas públicas para a primeira infância no Brasil e em outros países. "Vamos compartilhar experiências que contribuam para a criação de um marco legal que realmente proteja, ampare, e estimule todas as crianças universalmente, com o objetivo de articular todos os serviços públicos educativos, sociais e de saúde". Anunciou que, depois do evento, será criada uma comissão especial para fazer frente às políticas dirigidas à primeira infância, que será uma das mais avançadas de todo o mundo. Assinalou também: “Nós, junto com outros países da América Latina, teremos um ponto de referência legal para a primeira infância mais eficiente do mundo que possa sustentar e desenvolver as crianças de forma saudável e que seja universal”.

A Sra. Lisa Jordan, Diretora Executiva da Fundação Bernard van Leer, refletiu sobre sua experiência sobre o valor das leis, sua importância, transcendência; e sobre a responsabilidade daqueles que representam o poder legislativo. Disse que o Brasil conta com uma Constituição que garante os direitos sociais com 277 artigos nos quais as crianças têm direito à educação, à saúde, à proteção. Para finalizar, resumiu o seguinte: “a legislação sempre está em construção para uma base social; deve ser uma tarefa mais simples; não deve existir diferenças entre o texto da legislação e sua prática; necessita ser trabalhada como um todo. Disse também que as leis requerem orçamento para possibilitar a garantia de sua implementação; por isso o marco legal não deve permanecer somente na parte legislativa, deve traduzir-se em mandatos de lei e políticas que tenham êxito. Mencionou como exemplos de política exitosa: *Chile Crece Contigo*; “*El Buen comienzo*” na Colômbia, *Progresá* no México; “*Primera Infância Melhor*”, no Rio Grande do Sul, Brasil. Concluiu ressaltando a excelente oportunidade que o Brasil oferece com esse seminário para refletir e verificar se isto se reflete na realidade.

Finalmente, o Deputado Alberto Anaya, Presidente da *Rede Hemisférica de Parlamentares e Ex-parlamentares pela Primeira Infância*, sublinhou a importância de contar com marcos jurídicos que respaldem e deem sustentabilidade às políticas de primeira infância. Sintetizou sua participação assinalando que se deve refletir sobre 3 tarefas para cumprir com tal expectativa: i) Para legislar a favor da primeira infância, significa que devemos considerar a partir da pré-concepção e da etapa pré-natal (entre a 8ª e a 12ª semana de gestação) assim poder-se-ão evitar problemas desde a formação do cérebro; ii) temos que enfrentar o desafio de sensibilizar a classe política e a sociedade

em seu conjunto, incluídos os pais e mães e organizações; iii) devemos “brigar” por orçamento suficiente. Felicita o Congresso do Brasil porque é um país com um alto nível de desenvolvimento na primeira infância.

1.- VÍDEO CONFERÊNCIA: “A economia de investir nas crianças pequenas, implicações para a política e legislação sobre a primeira infância”. James Heckman, Prêmio Nobel de Economia 2000 (USA)

O Economista Heckman apoiou de maneira consistente a fundamentação das políticas de primeira infância, mencionou que as políticas devem ser sábias, incorporar os resultados das ciências para sua fundamentação e devem ser bem planejadas para transferir capacidades. Destacou que o investimento em políticas públicas para a primeira infância desde as idades mais iniciais previnem e melhoram o estado de bem-estar; e a abordagem das potencialidades do ser humano têm impacto na redução das doenças crônicas das crianças pequenas, em suas habilidades sociais, cognitivas emocionais e no rendimento e produtividade para toda a sua vida.

Apresentou uma abordagem diferente de pobreza e desigualdade social, a qual identificou como um enfoque baseado nas potencialidades do ser humano. Disse que as potencialidades são capacidades que funcionam em múltiplas tarefas da vida e que podem ser adquiridas desde a primeira infância porque o ser humano é mais flexível, maleável, as habilidades são uma questão de educação, por isso devemos proporcionar às famílias as ferramentas necessárias ao desenvolvimento de capacidades pelas crianças, para que elas tenham melhor desempenho na escola. Propôs um enfoque unificado, holístico, que tem como alvo todos os problemas, usando a estratégia de desenvolvimento humano.

Assinalou que aqueles que desejam fortalecer a economia deveriam realizar um sólido investimento na educação infantil. Como evidência de que são medidas efetivas, apresentou os resultados de pesquisas realizadas nos Estados Unidos com o Programa Pré-escolar Perry mostrando que a experiência educativa com crianças em desvantagem social tem alto retorno, pois elas se convertem em adultos mais saudáveis, reduzem os índices de delinquência e custo social ao governo, geram uma economia de gastos públicos futuros da ordem de 7% a 10%, aumentam o nível de escolaridade e de rendimento profissional. Depois de analisar os estudos como o *Abecedarian*, de Carolina do Norte, e Parceria Família-Enfermeira (*Nurse Family Partnership*) dos EUA; e, a Intervenção na Jamaica (Caribe); seus aportes podem ser sintetizados em:

- Investir em crianças em desvantagem é uma política pública que promove, no longo prazo, justiça social, produção da economia e na sociedade.
- As intervenções no período inicial da vida geram um retorno mais alto que as intervenções tardias, ainda que exista um investimento mais expressivo nos períodos tardios e um subfinanciamento nas políticas para a primeira infância. Os programas dirigidos à primeira infância são mais efetivos que os programas para adolescentes.
- É importante manter os investimentos ao longo do tempo já que os ambientes e contextos favoráveis às crianças têm maior impacto em intervenções continuadas, que seguem com experiências de aprendizagem até etapas posteriores.
- O Estado moderno deve ir além da transferência de renda às populações, deve enfrentar e abordar de maneira diferente a pobreza e a desigualdade. Deve preocupar-se com as potencialidades e habilidades dos indivíduos.

- Investir na educação de crianças pequenas (0-3 anos) é um benefício para toda a vida; “mais vale investir na primeira infância que economizar dinheiro”.
- As lacunas cognitivas começam muito cedo nos grupos vulneráveis, estas (lacunas) afetam o desenvolvimento e o comportamento das crianças.
- A família é um contexto determinante, é o entorno mais importante para o desenvolvimento das crianças. As crianças de famílias pobres geralmente têm uma redução no seu potencial de aprendizagem e de habilidades, por isso é tão importante educar as famílias, para que possam educar e criar filhos habilidosos: é necessário proporcionar a elas as ferramentas necessárias para que eduquem seus filhos.
- Finalmente, concluiu que a política deve aprender com a ciência, deve incorporá-la para a elaboração de políticas baseadas em evidências.

2.- CONFERÊNCIA: “Visão de futuro das Políticas sobre Primeira Infância no Brasil”, Sr. Marcelo Neri, Ministro Interino, Secretaria de Assuntos Estratégicos, Presidência da República do Brasil.

Comentou que a desigualdade socioeconômica e demográfica entre os grupos foi reduzida; que os indicadores de desenvolvimento infantil também melhoraram consideravelmente na última década (pobreza entre crianças de 0 a 15), principalmente devido ao **Programa Bolsa Família**. Como medida do governo, em 2012, foi lançado o **Programa Brasil Carinhoso**, que complementa a renda das famílias pobres com crianças entre 0 a 6 anos de idade. (Mais igualdade de oportunidades).

Apesar dos avanços, o Ministro reconheceu que o grupo mais desprotegido é o de zero a três já que cerca de 52% das crianças vivem em lares pobres ou de extrema pobreza. Somente 22% deles têm acesso a serviços de atenção infantil; contra 80% de crianças de 4 e 5 anos que estão matriculadas na educação pré-escolar. Informou que o governo tem um plano de construção de centros até 2014.

Mencionou como fatores determinantes do progresso no desenvolvimento da criança: i) as políticas nacionais; ii) as políticas locais; iii) os avanços legais e institucionais.

Tomando como base a conferência do Economista Heckman, ressaltou que os objetivos da integração na atenção à primeira infância são:

- Promover o desenvolvimento integral de cada criança: assegurar oportunidades, condições e incentivos necessários para todas as crianças desenvolverem seu pleno potencial e, portanto, ter uma vida digna e contribuir produtivamente para a comunidade na qual ela vive.
- Assegurar-se de que cada pai ou responsável possa dar ao seu filho a melhor atenção disponível, e para isso:
 - Ter, em um só lugar, a informação sobre todos os serviços para a primeira infância em sua comunidade.
 - Deve obter toda a ajuda, a orientação e os recursos necessários para promover o desenvolvimento integral de seus filhos.
 - Deve desfrutar em sua totalidade das sinergias entre as diversas ações setoriais: através da integração de ações para ampliar os benefícios, reduzir os custos e contribuir assim para a melhoria da qualidade e a ampliação da oferta de serviços, com conseqüente extensão adicional de benefícios.

- Promover uma maior participação da comunidade no cuidado da primeira infância: a unificação das ações será fazer com que a atenção à primeira infância seja mais visível e fácil de entender na comunidade. Deveria complementar-se com um programa informativo sobre a importância do cuidado na primeira infância e de forma todos na comunidade podem e devem participar.
- Ser bons pais e bons mentores adolescentes depende, em parte, de ter vivenciado relações de apego seguro. Consciência e coerência como características importantes de qualquer relação pais-educadores exitosa.

Participação do deputado Eduardo Barbosa (moderador).

Ele ressaltou a importância do papel da família e as leis específicas para o desenvolvimento desse grupo etário. "Devemos proporcionar à primeira infância nutrição, estimulação e afeto. Se isso é traduzido em políticas públicas, teremos o resultado esperado. Este é o caminho", sublinhou.

Também destacou a importância das intervenções junto a esse grupo etário. Isso seria feito a partir da articulação das políticas setoriais da primeira infância, a criação de ambientes adequados para a educação e referências do que se deve proporcionar a uma pessoa em desenvolvimento.

"As crianças nos ambientes favoráveis que recebem algum tipo de apoio serão no futuro cidadãos mais competentes para fazer frente aos problemas da vida cotidiana, e é mais produtivo para o país", assinalou. Como informado, os economistas demonstram que o investimento nas crianças tem um impacto na produção econômica dez vezes maior que a aplicação em outros grupos etários.

Por último, reiterou a necessidade de uma política estratégica que melhorará também o desenvolvimento da nação. "Investir na primeira infância, além de dar uma melhor qualidade de vida no futuro, faz com que o país se desenvolva mais".

3.- CONFERÊNCIA: Sra. Tereza Campello, Ministra de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa Brasil Carinhoso.

A Ministra Campello destacou a vontade política do governo no *Programa Brasil Carinhoso*. Disse que no mapa da pobreza, as melhorias para a população ocorreram em função do aumento de capacidades e oportunidades, o que se reflete em: garantia de emprego, inclusão produtiva nos contextos urbano e rural e acesso aos serviços públicos, que resulta no aumento da renda e, em consequência, no aumento das condições de bem-estar.

Brasil Carinhoso, expressou, é um programa lançado pela presidenta Dilma Rousseff que atende famílias em condição de extrema pobreza com crianças de 6 anos ou menores, que outorga uma transferência de renda de R\$ 70 (setenta reais mensais, cerca de 40 dólares) para cada criança. Contempla também a ampliação de vagas em escolas infantis nas localidades mais pobres do país. Esta iniciativa surge como um complemento do "Programa Bolsa Família", que é o programa social mais emblemático do Brasil, que permitiu que entre 30 e 40 milhões de pessoas saíssem da pobreza extrema e fossem incorporados à classe média, na última década. No **Programa Brasil Carinhoso**, as famílias mais pobres recebem 70 Reais, mais o que recebem pelo **Programa Bolsa Família**. O programa foi elogiado internacionalmente e tem servido de modelo para outros países que lutam contra a pobreza. Mais recentemente, a idade das crianças que participam deste programa aumentou para até os 15 anos, provocando, assim, que 8.1 milhões de crianças e jovens de 0 a 15 anos saíssem

da pobreza extrema. Com eles também saíram seus irmãos e seus pais, beneficiando um total de 22 milhões de pessoas.

Hoje o Brasil não tem nenhuma criança ou adulto na pobreza extrema e o Governo trabalha para melhorar a atenção que se dá às crianças, em particular na primeira infância. Considera que os setores que executam programas dirigidos à primeira infância, devem integrar políticas e não trabalhar separadamente, os setores devem atuar de forma coordenada.

4.- CONFERÊNCIA: “Evolução das Políticas sobre Primeira Infância no Brasil”- Ricardo Paes e Barros, Subsecretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República - Brasil

Informou que os programas e as prioridades do governo referem-se à redução de carências ao longo da última década, e que tem-se investido de forma crescente na atenção à primeira infância. Dentre eles,

- Na saúde: 34.000 equipes de saúde da família com uma cobertura de 55% da população; 260.000 agentes comunitários de saúde (PACS); 21.000 equipes de saúde bucal - ESB.
- No bem-estar social: 8.000 centros de referência de assistência social - CRAS; 91% de cobertura do Programa de Atenção Integral à Família – PAIF; 98% dos municípios brasileiros com um CRAS.
- Na educação: 2 milhões de crianças de 4 a 6 anos atendidos em 46.000 pré-escolas, e mais de 20% da população de 0 a 3 anos atendida em creches. O acesso à creche está aumentando.

Assinalou avanços legislativos e institucionais, entre eles: o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, o documento da ONU firmado pelo Brasil "Um mundo apropriado para as crianças"; Conselhos Tutelares fortalecidos e ampliados em 98% dos municípios; Conselhos Estaduais e Municipais fortalecidos. Para a defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente foram criados Conselhos em 92% dos municípios; foi fortalecido o Fundo para a Infância e a Adolescência (FIA); bem como outras legislações e medidas relativas à violência contra crianças, adolescentes e famílias.

Ressaltou como principais desafios: a integração das ações voltadas à infância; a ênfase crescente nos direitos positivos; o acompanhamento do desenvolvimento infantil; a avaliação de impacto das ações dirigidas à infância; a definição dos papéis da família e do Estado na atenção da primeira infância; a universalização efetiva de oportunidades para o pleno desenvolvimento das crianças; e a estratégia para o cuidado domiciliar em todo o país.

Finalizou refletindo sobre 4 dilemas da Estratégia para a atenção domiciliar a nível nacional: i) atenção (responsabilidade) *versus* acompanhamento (vigilância); ii) atenção à infância *versus* informação aos pais; iii) atenção no domicílio *versus* atenção fora de casa; iv) atenção universal *versus* atenção focalizada por grupos vulneráveis.

5.- CONFERÊNCIA: “Política baseada em evidência científica”- Instituto do Cérebro - Sr. Jaderson Costa (Brasil)

Iniciou reconhecendo que estava diante de políticos que têm um papel muito importante, o de legislar e que devem levar em consideração os resultados de estudos e pesquisas. “Nós, investigadores, desempenhamos um papel importante nos desafios, no desenvolvimento e na identificação de evidências científicas para o estabelecimento de políticas públicas sólidas que apoiem o desenvolvimento educacional, sócio emocional, a saúde e o bem-estar das crianças”.

As evidências científicas demonstram que o desenvolvimento do cérebro ocorre nas etapas pré e pós-natal. Durante a gestação há uma significativa proliferação de células nervosas, migração neuronal, mielinização e circuito neuronal. Os primeiros anos de vida do ser humano são caracterizados pela neuroplasticidade cerebral.

Uma ciência de boa qualidade, disse, deve produzir uma boa política pública sobre primeira infância. Os pesquisadores e políticos responsáveis devem colaborar para a promoção e desafios relativos ao desenvolvimento de programas de educação e saúde. É fundamental transformar a "boa ciência" em "uma boa política pública".

Propôs os seguintes temas como parte da agenda dos pesquisadores:

- Condições que promovem a saúde, a educação e o desenvolvimento sócio emocional da criança.
- Quais são os melhores indicadores para monitorar estas ações?
- Qual é a prevalência de problemas educativos, sócio emocionais e de saúde?
- Quais são as intervenções baseadas em evidências?
- Quais são os fatores sociais e culturais que influenciam o sucesso de uma intervenção?
- Quais são as diferenças individuais que influenciam os resultados?

Concluiu ressaltando a necessidade de investir em pesquisa por meio da formulação de experimentos e dados de levantamentos sistemáticos para explorar a relação entre a dimensão neurobiológica e psicológica para a educação. Sugeriu determinar os custos e benefícios de diferentes intervenções para o desenvolvimento infantil.

6.- CONFÊRENCIA: “Políticas de Primeira Infância na Saúde”, Alexandre Padilha, Ministro da Saúde do Brasil

Informou sobre os principais programas de governo no setor saúde. Discorreu sobre as principais causas de mortalidade infantil no Brasil: i) Em crianças menores de 1 ano: 65% por infecções respiratórias agudas; ii) Em crianças de 1 a 4 anos: 28% por causas externas (acidentes de trânsito, afogamento, exposição ao fogo); em crianças de 4 a 5 anos, 39%. Indicou que, em 2011, um expressivo percentual de crianças que frequentam berçário apresentava baixo peso, o que gerou a ampliação do Programa Saúde da Família, bem como a administração de suplementos como a vitamina A e ferro, para crianças de 0 a 3 anos. A meta é atender a 6.500 crianças em 397 municípios, ressaltou.

Acerca das novas ações de governo mencionou: a estratégia para potencializar o aleitamento materno; a ampliação de hospitais amigos da criança; a ampliação de salas de apoio para o aleitamento materno em todos os estados; o fortalecimento da Rede brasileira de Bancos de Leite Humano; a implementação do programa e Plano Nacional de visitas domiciliares dirigidas ao fortalecimento das competências familiares para o cuidado da saúde e a estimulação dos filhos menores de três anos; a estratégia intersetorial; a capacitação de profissionais de atenção básica, a

prevenção de violências e o programa Viver sem Limites para as crianças portadoras de deficiências.

7.- PAINEL: Aplicação das políticas de saúde do Brasil em programas e serviços.

7.1 Enciclopédia sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância, Sra. Alessandra Schneider, (CONASS/Brasil). Mencionou que esta enciclopédia foi criada para ser usada on-line, tem a finalidade de melhorar o conhecimento científico sobre o desenvolvimento de crianças desde a concepção até os 5 anos. O CONASS e a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal são sócios do Centro de Excelência sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância do Canadá na produção da Enciclopédia em português e, em espanhol, o Chile. Reúne artigos de pesquisadores de renome que desenvolvem cuidadosamente cada tema. Abrange 38 temas relacionados com o desenvolvimento da criança, entre eles: jogo, agressividade, autismo, apego, hiperatividade, depressão materna, operações com números, resiliência, cultura, importância do desenvolvimento infantil, prevenção de maus-tratos na infância, baixa renda e gravidez, entre outros. O link para acessar a Enciclopédia em português é: www.encyclopedia-crianca.com.

Também disse que é necessário melhorar o ambiente em que as crianças mais pobres vivem, para que logrem um desenvolvimento mais saudável em âmbito social e educativo. "Quando somos capazes de ter programas de qualidade para a primeira infância, um ambiente familiar no qual a criança experimenta mudanças positivas, acesso a informações coerentes e que orientam a estimulação, promovemos a segurança emocional e a educação".

7.2 Primeira Infância Melhor (PIM/RS), Sr. Ciro Simoni, Secretário de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul. (Brasil). É um Programa institucional de ação socioeducativa dirigido a famílias com crianças de 0 a 6 anos e gestantes que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Integra a política do Governo do estado do Rio Grande do Sul sob a coordenação da Secretaria de Saúde e com o apoio das Secretarias de Educação, Cultura, Trabalho e Desenvolvimento Social. O PIM existe desde 2003.

Foi inspirado na experiência cubana do Programa "Educa a tu Hijo", do Centro de Referência Latino-Americano para a Educação Pré-Escolar (CELEP) de quem recebeu assessoria técnica para seu desenvolvimento. Está direcionado para o desenvolvimento das capacidades físicas, intelectuais, sociais e emocionais do ser humano, tem como eixos estruturantes a comunidade, a família e a intersetorialidade.

Seu objetivo é orientar as famílias a partir de sua cultura e experiências para promover o desenvolvimento integral de seus filhos desde a gestação até os seis anos. Promove visitas domiciliares às famílias, realizadas por estudantes de graduação que podem ficar vinculados ao PIM por até dois anos realizando práticas nas comunidades e recebendo um salário. Os custos do Programa são compartilhados com os municípios. Atualmente, o PIM está presente em 255 municípios, de um total de 497 municípios do estado. Sua cobertura alcança 48.500 famílias. As famílias que participam do Programa participam também do Programa "Bolsa Família". Sua estratégia de trabalho será, possivelmente, implementada ao nível nacional pelo setor saúde.

7.3 Programa Mãe Coruja Pernambucana, Sra. Ana Elizabeth de Andrade Lima. Assinalou que é uma política do estado de Pernambuco desde 2007, que se tornou lei em 2009, em um estado que possui uma população de 8.796.449 milhões de habitantes e com 12 regiões de saúde. O objetivo da política é reduzir a mortalidade materna e infantil. É representado por uma "Mãe Coruja" que deve garantir: (i) atenção integral a gestantes do Sistema Único de Saúde (SUS) e a seus filhos de até 5 anos; (ii) uma rede de atenção para reduzir a mortalidade materna e infantil; (iii) a melhoria dos

indicadores sociais por meio de prioridades estratégicas que se articulam com 9 secretarias de governo, entre elas: saúde, educação, desenvolvimento social, trabalho, agricultura e reforma agrária, bem-estar, entre outras.

Oferecem serviços de desenvolvimento social em todo o estado com uma rede intersetorial, a política é adequada a cada realidade, desenvolvem cursos de formação desde alfabetização; programas de alimentação e promoção do aleitamento materno, infraestrutura de água no campo (construção de poço artesiano), programas de melhoria da qualidade de vida em áreas rurais; e, de difusão em 103 municípios. Atualmente, tem uma cobertura de 45.000 crianças e suas mães/pais.

8.- CONFERÊNCIA: *A nova ciência do desenvolvimento na primeira infância e os desafios permanentes de informar políticas públicas.* Michael Boivin, Escola de Psicologia, Universidade de Laval, Quebec, Canadá.

A primeira infância é um período extremamente sensível no processo de desenvolvimento humano, durante o qual o cérebro é modelado pela interação entre os genes e as experiências da criança. Quando as crianças crescem, os fatores biológicos e ambientais que determinam seu desenvolvimento se misturam cada vez mais. Quando o ambiente é seguro, positivo, os fatores ambientais e genéticos se unem para ajudar a maximizar seu potencial. Porém, quando as crianças enfrentam obstáculos prolongados para um desenvolvimento saudável, dentre eles, a pobreza, o cuidado inadequado ou a violência, o meio ambiente e a biologia podem desencadear caminhos para problemas de saúde emocional, física e mental.

Um Painel de especialistas em desenvolvimento na primeira infância da Sociedade Real do Canadá e a Academia Canadense de Ciências da Saúde examinaram recentemente a evidência científica sobre o papel de experiências adversas no desenvolvimento da saúde durante a primeira infância (Boivin & Hertzman, 2012; <http://rsc-src.ca/en/expert-panels/rsc-reports/early-childhood-development-rsccaahs>), e chegaram as seguintes conclusões:

- Existe uma ciência emergente - que integra genética, epigenética, neurociências e ciências do desenvolvimento - que transformará nosso conhecimento sobre o desenvolvimento inicial oferecendo uma compreensão mais aprofundada sobre como o meio ambiente e a biologia influenciam juntos o desenvolvimento ao longo de toda a vida.

- Há pesquisas longitudinais que demonstram que crianças pequenas que enfrentam adversidades crônicas, tais como pobreza familiar, cuidado inadequado e maus-tratos na infância são mais propensas a experimentar uma ampla gama de problemas na sua vida futura, que vão desde problemas emocionais, de comportamento, interpessoais e de adaptação escolar vinculados a outros mais severos como estresse, problemas de desajuste na saúde mental, delinquência e violência.

- As trajetórias de desenvolvimento surgem em idades muito precoces que se reforçam através de diferentes reações à exposição a contextos sociais de risco e estressantes. Esses caminhos podem afetar a regulação negativa na criação futura da criança. Ao mesmo tempo, a exposição precoce à adversidade conduz inevitavelmente a problemas futuros. Por outro lado, as respostas das crianças variam amplamente face às experiências adversas na infância, porque não há respostas únicas às adversidades iniciais em termos pobreza social, emocional, cognitiva ou de saúde mental.

A primeira infância é um período sensível, as crianças são mais suscetíveis a exposições positivas e negativas. Algumas crianças, mais do que outras, podem ser biologicamente mais suscetíveis a contextos sociais e estar mais predispostas a reagir a ambientes estressantes ou enriquecedores. Estas crianças também poderiam experimentar ao máximo os ganhos da

intervenção. As desigualdades de desenvolvimento são regidas por uma ampla gama de fatores, desde os genes até o apoio social ao nível comunitário que interagem simultaneamente.

Os avanços recentes na epigenética, usando principalmente modelos animais, podem explicar como o desenvolvimento do cérebro pode ser moldado, em parte, por meio de mudanças na expressão dos genes, incorporados na experiência inicial de nossa biologia e conduzindo a diferenças individuais nos processos de desenvolvimento da saúde. Mais pesquisas são necessárias para saber se o processo é igual nos seres humanos.

Agora, há um corpo limitado, mas promissor de pesquisas mostrando que os maus-tratos e seus resultados associados podem ser reduzidos se os serviços são implementados de maneira intensa e sustentada. Ao mesmo tempo, se os serviços "universais" são acessíveis e os centros de cuidado públicos de qualidade podem alcançar a maioria das crianças vulneráveis.

Assim, programas, serviços e políticas universais, proporcionais ao nível de desvantagem e exclusão em um contexto determinado, deve ser a meta. A primeira infância deve ser uma janela de alta prioridade para as intervenções de políticas, serviços e programas que devem: (1) começar muito cedo na vida e com força, (2) persistir no tempo, (3) ser adaptados a crianças, famílias e comunidades; e (4) ser avaliados sistematicamente.

DIA 17 DE ABRIL DE 2013

1.- CONFERÊNCIA: “Rede Nacional Primeira Infância, um caminho de associação”, Sra. Maria do Rosário, Ministra da Secretaria Especial de Direitos Humanos (Brasil); Luzia Torres Laffitte Secretária-Executiva da Rede Nacional Primeira Infância; e, Vital Didonet, Consultor independente, Brasil.

A consolidação da paz e os instrumentos de direitos humanos formam um conceito amplo em todas as áreas do conhecimento, economia, cultura, democracia, educação, saúde. A Secretaria de Direitos Humanos é principalmente preventiva, e considera os seguintes princípios:

- Os direitos humanos são indivisíveis e inter-relacionados, se aplicam e atuam em interação com todos os setores;
- A elaboração de políticas públicas em DH deve considerar a defesa no plano familiar e comunitário;
- Existe uma proposta de plano de políticas públicas a ser executada nos distintos planos ou propriedades administrativas do país;
- Necessidade de correlacionar planos setoriais em temas de DH para a infância;
- Existe o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 120609.

A Sra. Laffitte e o Sr. Didonet informaram que a Rede Nacional Primeira Infância (RNPI) coordena e participa da agenda de convergência. A RNPI tem como objetivos fomentar o desenvolvimento, fortalecimento e integração das políticas nacionais para crianças de até 6 anos de idade, por meios de: i) monitoramento e avaliação de sua aplicação; ii) consolidação e disseminação de conhecimento; iii) organização da mobilização social e política voltada à proteção e promoção dos direitos da criança.

Assinalaram como estratégias da RNPI: i) Atividade legislativa: debates sobre a legislação no âmbito da infância; ii) Promoção: influenciar a formação da opinião pública e a configuração de políticas; iii) Ações com um propósito: propostas para a resolução de problemas que afetam a infância; iv) Comunicação Social: a disseminação de informação, a promoção de intercâmbio de experiências, a difusão de conhecimentos e boas práticas.

Finalmente, compartilharam como desafios: i) Ampliar as ações da Rede junto a comunidades indígenas, ribeirinhas, afrodescendentes, grupos rurais e segmentos de: refugiados, pais e mães condenados/encarcerados, adolescentes e crianças filhos de dependentes químicos; ii) Monitorar e avaliar as políticas públicas vinculadas às 13 ações finalísticas do Plano Nacional da Primeira Infância (PNPI); e iii) Ampliar e consolidar as redes estaduais e as redes municipais.

2.- PAINEL: “Avanços e desafios das iniciativas legislativas e ações a favor da primeira infância em países do continente”, Sra. Ivonne de Martinelli, Sra. Maribel Córnick, Gloria Lozano de Díaz.

2.1 Ivone de Martinelli, Diretora de Projetos Especiais; Gabinete da Primeira Dama da República do Panamá, explicou o Princípio conceitual da Rota do Programa de Atenção Integral à Primeira Infância (PAIPI), uma estratégia que é implementada pelo governo do Panamá. O embasamento é que a atenção integral é uma questão de direitos: as crianças são sujeitos de direitos e os direitos são indivisíveis; a atenção é e deve ser integral; a atenção setorial deve ser superada para dar lugar a políticas que promovam a atenção integral e o trabalho articulado.

A Rota de Atenção para a Primeira Infância, explicou, é o enfoque geral do exercício pleno dos direitos infantis, sua ocorrência requer que se concretizem 15 atenções diferenciadas segundo o ciclo vital. Materializa-se em múltiplos serviços ou programas fornecidos em quantidade e qualidade; rastreia a seqüência de assistência planejada, contínua e permanente, contribuindo para o desenvolvimento da criança.

Em 2010, o Comitê técnico assessor da primeira dama elaborou o Plano de Atenção Integral da Primeira Infância (PAIPI), dirigido a crianças de 0 a 6 anos com o objetivo de fortalecer a ação dirigida à primeira infância no Panamá, além de assegurar uma plataforma técnica que permita reforçar os órgãos de governo das distintas áreas através de políticas e programas ao nível nacional e local.

Por meio do PAIPI foram organizadas Salas de Estimulação (0-3), jardins (4-5) e ludotecas. Em 2012, foi implementada a Rota de Atenção Integral para a Primeira Infância (RAIPI). A Lei para institucionalizar a rota deve: (i) estabelecer um marco jurídico e normativo que se ajuste aos requerimentos para a implementação da RAPI como política pública; (ii) estabelecer a governança da RAIPI, especificamente as atribuições e funções da instituição reitora assim como de seus órgãos de governo; (iii) definir esquema de financiamento e sua regulamentação; (iv) definir mecanismos de prestação de contas e transparência da RAIPI.

A Rota de Atenção: i) permite oferecer uma atenção integral centrada na criança; ii) melhora as condições e garantias para o efetivo exercício de direitos; iii) gera espaços de coordenação e articulação intersectorial sistemáticos dirigidos à primeira infância; iv) fornece as bases para um sistema de monitoramento e seguimento da trajetória de cada criança.

2.2 Gloria Lozano, Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente (IIN); e Diretora Geral de Infância, Adolescência e Família (SENNIAF) – Panamá. A Sra. Lozano fez uma ampla apresentação do IIN, sendo os principais pontos: o Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente, na sua qualidade de Organismo Especializado da Organização dos Estados Americanos, OEA, integrado pela totalidade dos Estados Membros do Sistema Interamericano, é encarregado de promover e proteger os direitos de crianças e adolescentes nos países adscritos à OEA.

Sua missão é contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas que respondam à promoção, à proteção e ao exercício dos direitos da infância e da adolescência nos Estados Membros, assim como promover uma cultura de direitos e bem-estar para as crianças e adolescentes, no marco de respeito aos direitos humanos.

Atividades que realiza: produção de conhecimentos a partir das práticas na região; cooperação técnica para fortalecer as capacidades dos Estados; capacitação de recursos humanos; promoção de cooperação horizontal.

Porque a prioridade na Primeira Infância? A evidência científica mostra a maleabilidade da criança pequena às condições de seu ambiente. Temos o desafio de oferecer ambientes “favoráveis ao desenvolvimento” desde o início da vida e a necessidade de políticas sociais eficientes.

Como desafios, comentou que as políticas requerem uma maior articulação intersetorial envolvendo instituições do mais alto nível: ministérios. Maior coordenação entre os Organismos Internacionais e entre os Estados.

2.3 Sra. Maribel Córnick, Consultora Internacional de Primeira Infância, Peru. Assinalou que no Peru está se realizando avanços significativos em relação à atenção integral de crianças menores de 6 anos.

Entre os mais relevantes do Setor Saúde mencionou a inscrição dos nascimentos no Registro Nacional de Pessoas, a diminuição da desnutrição e das taxas de mortalidade materno-infantil, a incorporação de crianças no Seguro Integral de Saúde e a aplicação da ficha de triagem para a detecção de ações de violência intrafamiliar de todo tipo.

O Setor Educação promove o aumento da cobertura de crianças de 3 a 5 anos, por meio de diversas estratégias, especialmente nas zonas rurais de menor desenvolvimento relativo, mediante o Programa Cobertura 100. Em coordenação com o UNICEF e a OPAS foram formulados indicadores e padrões de qualidade para avaliar os centros e programas não escolarizados. Estão sendo incorporados às Associações de Pais na formulação do Projeto Educativo Institucional.

O Ministério de Inclusão e Desenvolvimento Social mediante o *Programa Cuna Más* está atendendo aos menores de 3 anos em zonas urbano-marginais e rurais. Com o *Programa Qali Warma* oferecem alimentação a crianças de 3 a 5 anos e de Educação Primária em Escolas Públicas.

Entre os desafios se encontram a ampliação da oferta de atenção aos menores de 3 anos, melhorar a coordenação intersetorial e uma maior participação das famílias para garantir a transição exitosa das crianças no processo educativo.

Conclusões do Painel, Moderadora, María Elena Úbeda, Especialista de Desenvolvimento da Primeira Infância, UNICEF, TACRO, Panamá:

Dentre os principais avanços podemos mencionar: i) existem esforços na Região para melhorar a cobertura e a qualidade dos serviços, principalmente nas áreas de saúde e educação; ii) desenvolvimento de políticas a favor da 1ª infância e em alguns países já se fala em custear os investimentos na 1ª infância; iii) compromisso do empresariado em ações concretas a favor da primeira infância; iv) esforços para articular os diferentes serviços que assegurem uma atenção integral para a primeira infância; v) ampliação de cobertura da atenção especialmente para grupos vulneráveis, de preferência em áreas rurais e populações indígenas.

Como desafios na Região, foram mencionados: (i) compromisso do empresariado com ações concretas a favor da primeira infância; ii) esforços para articular os diversos setores para atender a primeira infância; iii) ampliação de cobertura da atenção especialmente para grupos vulneráveis de preferência em áreas rurais e populações indígenas; iv) promover e melhorar a normatividade nos seguintes aspectos: registro de nascimentos, aleitamento materno, licença paternidade; v) ampliação dos serviços, assegurando a intersectorialidade que permita uma atenção integral à infância; vi) legislar a favor de medidas que permitam assegurar a paternidade responsável.

3.- PAINEL: Apresentação da Rede Hemisférica de Parlamentares e Ex-parlamentares pela Primeira Infância: avanços, desafios e plano de trabalho.

Foi apresentado o vídeo sobre a Rede Hemisférica de Parlamentares e Ex-parlamentares pela Primeira Infância.

3.1 Dep. Osmar Terra, Presidente da Frente Parlamentar da Primeira Infância do Brasil. Ressaltou os avanços do Brasil em matéria legislativa. Mencionou que este Seminário é resultado do Plano de Trabalho 2012-2013 que foi aprovado na cidade de Campeche, México. Disse que estão revisando as políticas públicas e as leis em defesa dos direitos da criança para propor um novo marco legal, com uma lei federal de primeira infância. Mencionou a necessidade de estabelecer uma legislação que incorpore os novos descobrimentos das ciências, que dê valor e garanta a atenção integral às crianças do Brasil e de todas as Américas.

3.2. Congressista Leyla Chihuán Ramos, Peru. Assinalou: É muito importante trabalhar por um marco legal em benefício da primeira infância na Região. “Da minha parte, preocupada pela primeira infância, apresentei um projeto de *Lei de Alimentação e Nutrição durante a Gestação*, que busca proporcionar suplementos nutricionais e alimentos fortificados para as gestantes de baixa renda. Uma alimentação inadequada durante a gravidez pode causar efeitos no recém-nascido que podem acompanhá-lo por toda a vida, por essa razão é importante resolver um problema que afeta as populações mais vulneráveis”, assinalou a congressista.

3.3 Dr. Enrique Kú Herrera, Secretário Executivo da Rede Hemisférica, México. Apresentou os avanços desde a Primeira Reunião Internacional da Rede de Parlamentares e Ex-Parlamentares pela Primeira Infância realizada no Peru de 16 a 17 de agosto de 2012:

- Convocar o Primeiro Seminário Internacional da Frente Parlamentar da Primeira Infância do Brasil.
- Ampliar a organização das Redes Estaduais de Primeira Infância no México (Nuevo León, 2011 e Michoacán 2012, dentre outros).
- Ampliar a Rede Hemisférica a outros países.
- Intercâmbio de informação com PARLACEN, República Dominicana, Chile, Guatemala, El Salvador, Costa Rica, Panamá, Uruguai e outros países.
- Apoiar e organizar, junto com as Redes de Empresários, atividades conjuntas, entre elas: convocatórias internacionais em Cali, Colômbia; Campeche, Puebla e Michoacán no México.
- Preparação do vídeo da Rede Hemisférica.
- Estimular a criação de legislação em benefício da criança, mulher, família, contra a violência e maus-tratos na infância, apoio às minorias, indígenas, luta contra a violência escolar (*bullying*), dentre outros.
- Institucionalização da Rede Hemisférica no México.
- Associação de esforços como parte da sociedade civil nos organismos internacionais.
- Criação da página web da Rede Hemisférica: www.redhpi.org e a publicação de avanços em: www.redem.org

3.4 Deputado Alberto Anaya, Presidente da Rede Hemisférica de Parlamentares e Ex-Parlamentares pela Primeira Infância, México. Sublinhou que investir na primeira infância é o melhor investimento contra o crime organizado e como se disse nas intervenções dos científicos deste evento, quanto mais cedo, melhor. Convidou os presentes para a Terceira Reunião da Rede Hemisférica que se realizará em Monterrey, Nuevo León, México, nos dias 23 a 27 de outubro de 2013.

Depois de expor as metas e objetivos da Rede, resumiu o **Plano de Trabalho 2013-2014:**

- Fortalecer a Rede Hemisférica.
- Continuar com a integração das Redes Nacionais em cada um dos 34 países membros da OEA e consolidar as Redes Nacionais e estaduais que foram criadas.
- Promover e difundir os direitos da criança, os acordos e disposições internacionais e as leis e normas relativas à proteção e ao desenvolvimento integral da primeira infância. Unificar e aplicar os avanços legislativos dos países.
- Realizar diagnósticos sobre a situação dos países, tanto em matéria legislativa, de políticas públicas e ações significativas. Promover estudos de legislação comparada e um inventário das leis existentes em favor da primeira infância. Recopilar estudos do cumprimento das leis por meio da análise dos serviços existentes nos setores de saúde, educação, alimentação-nutrição, desenvolvimento social, direitos humanos.
- Difundir as experiências exitosas dos governos, países, ONGs e organismos internacionais.
- Seguir advogando e apoiando esforços dos países pela universalização da educação na 1ª Infância para que se cristalize em uma política de Estado, e tenha prioridade na estrutura dos sistemas educativos.

4.- CONFERÊNCIA: Políticas de desenvolvimento da primeira infância no mundo, Dra. Mary Young, Consultora Internacional em Saúde Global e Desenvolvimento Infantil e Assessora Sênior do Centro de Desenvolvimento da Primeira Infância, Universidade de Harvard (USA).

As perspectivas de políticas de desenvolvimento infantil (DI) avançaram tomando como base a explicação da ciência sobre como a experiência na vida inicial afeta as rotas neurobiológicas que influenciam o curso da vida; também porque o investimento em mulheres gestantes e seus bebês é um potente equalizador e uma ferramenta chave para a estabilidade econômica e social. A prosperidade econômica de uma nação depende de uma alta proporção emprego-população e a qualidade de seu capital humano.

O desenvolvimento do capital humano é um processo dinâmico que ocorre ao longo da vida. Outras razões para investir em DI são: i) aumentar a participação das mulheres no mercado de trabalho; ii) equilibrar o trabalho com as responsabilidades familiares de forma mais equitativa para as mulheres; iii) assegurar a oferta de mão de obra para o futuro (com o envelhecimento da população e a redução da natalidade; iv) reduzir as altas taxas de pobreza infantil e persistentes desvantagens educativas (já que os efeitos da pobreza são grandes e têm impacto mais profundo nos bebês).

As pesquisas, desde diferentes perspectivas, demonstram que o desenvolvimento humano nas primeiras etapas da vida é resultado de uma complexa e dinâmica interação entre natureza, atenção, genes e ambiente. Os genes respondem ao meio ambiente, e o meio ambiente adapta a matriz. Desde que nascemos, o cuidado, a estimulação e a nutrição interagem com predisposições genéticas e moldam a arquitetura do cérebro e suas vias nervosas que influenciam a aprendizagem, o comportamento e a saúde física e mental para o resto da vida.

Nos países da OCDE as políticas de DI têm, em geral, enfatizado os seguintes aspectos: i) integração, atenção e educação das crianças; ii) acesso universal à atenção e à educação; iii)

centradas nas crianças pobres, em risco ou desvantagem; iv) investimento público substancial; v) atenção de qualidade; vi) expansão da oferta de intervenções desde a gestação até os 3 anos.

Ressaltou a necessidade de integrar os programas de DI para além de projetos-piloto, e conquistar uma estratégia central com implicações para as políticas. Somente por meio de políticas públicas é possível realizar mudanças permanentes e sustentadas para um futuro melhor.

Áreas-chave para os políticos responsáveis pela definição de uma política de DI:

i) Assegurar a coordenação, ao nível central do governo, para desenvolver uma estratégia global para a criança, apoiada por uma unidade administrativa e um Comitê de Infância ao nível de gabinete, presidido pelo Ministro da Fazenda. Estabelecer uma visão ampla, mas realista dos serviços de primeira infância para que todos os ministérios, autoridades locais e as famílias possam participar.

ii) Estabelecer a política de DI em um Ministério que tenha um forte enfoque no desenvolvimento da primeira infância. Não importa qual seja o ministério.

iii) Construir capacidades no Ministério para criar um enfoque sistêmico para a primeira infância – mapeamento dos serviços comuns, avaliação de necessidades, regulação, financiamento, procedimentos, formação e capacitação inicial e continuada, desenvolvimento de currículo, avaliação de programas e avaliação da qualidade. Enfoque colaborativo e participativo para a reforma. Embora o governo desempenhe um papel de liderança, as autoridades regionais e locais, os representantes do setor privado, a sociedade civil e os grupos comunitários necessitam envolver-se na formulação e aplicação da política.

iv) Delegar a gestão ao nível municipal. Coordenação central - e ao nível descentralizado - com responsabilidades compartilhadas entre o governo nacional e local. No processo de delegação, é importante garantir que os serviços de DI sejam parte de uma política nacional bem concebida com competências atribuídas às autoridades locais. Ao nível nacional, concentram-se a definição de metas, legislação e regulação, financiamento, critérios para recursos humanos e normas do programa.

v) Fortalecer os conhecimentos com a colaboração de especialistas independentes de universidades, institutos de pesquisa e associações. Capacitar e formar pessoal do ministério.

vi) Estabelecer vínculos entre serviços, profissionais e famílias, ao nível local, bem como a associação entre diversas formas de prestação de serviços (saúde, escolas, educação especial, etc.).

5.- CONFERÊNCIA: *O papel da cooperação privada internacional na área da primeira infância na América Latina e no Caribe*, Sr. Leonardo Yánez, Oficial de Programas para América Latina, Fundação Bernard van Leer (Holanda).

Ressaltou que as apresentações anteriores e da Dra. Young forneceram argumentos claros sobre a relevância dos programas para a primeira infância, os avanços realizados até hoje, a dívida pendente, e sobre o porquê investir na primeira infância. Entretanto, no Brasil cerca de 8 milhões de crianças não têm acesso a um serviço que apoie a família a garantir um bom começo, e os que têm acesso aos serviços não são os que mais necessitam. Como podemos mudar esta realidade?

O cuidado diário é um exemplo visível de serviço prestado principalmente pelo setor privado, se notamos que a maioria das pessoas que cuidam de crianças de outras famílias não são

empregados públicos. Na maioria dos países do mundo, este serviço é ofertado pela iniciativa privada que compete por clientes. Muitas vezes aqueles que mais necessitam não têm acesso ao serviço. Embora raramente creche seja uma atividade do mundo corporativo, o setor privado está em uma condição privilegiada para persuadir os governos e líderes empresariais para que o façam. Por sua vez, líderes do setor público podem buscar na cooperação com a iniciativa privada uma aliada para influir nos debates internos do estado e garantir os direitos de seus cidadãos mais jovens, em especial àqueles que mais necessitam.

Já existem muitos modelos de atenção, infinidade de currículos e experiências piloto. Sabemos que os pilares do investimento são: evidência científica, liderança, defesa/*advocacy*, comunicação, capacitação, financiamento alternativo, incidência e busca de capital. Agora, precisamos prestar mais atenção aos verdadeiros obstáculos que impedem que os programas que têm estas características se expandam sem sacrificar a qualidade. Buscamos programas integrais, efetivos e suscetíveis à avaliação.

O Brasil passou por um processo longo e interessante de agregação e formulação de um Plano Nacional para a Primeira Infância que reúne uma visão multisetorial e multidimensional das ações necessárias para garantir os direitos das crianças pequenas sem que estas sejam relegadas a um lugar menor na política pública.

O empresariado brasileiro tem sensibilidade e interesse, entretanto é preciso buscar novas tecnologias, cultivar o talento e a liderança, fazer com que a sociedade seja mais responsável pelas crianças, e buscar financiamento alternativo distinto de doações e investimentos públicos.

Dep. Darcisio Perondi, Moderador, Presidente da Comissão de Saúde do Congresso do Brasil, (moderador): Comentou que considerava que o investimento privado é muito insignificante, "\$ 150 milhões é muito pouco para uma economia de \$ 2.000 milhões". Argumentou que além de buscar recursos privados, temos que colocar mais ênfase no voluntariado. "Este sentimento de amor pelos outros deve ser encorajado", disse. Também mencionou que, segundo o Parlamento, a longevidade está aumentando, o Brasil tem muitas pessoas idosas que podem participar e colaborar para se manterem saudáveis. Finalmente, recordou que existe uma necessidade urgente de um marco jurídico para a primeira infância, já que o desenvolvimento do cérebro humano é mais rápido nos primeiros três anos de vida.

6.- PAINEL: "Participação dos Empresários e sociedade civil na prestação de serviços em apoio ao desenvolvimento e à atenção integral à primeira infância.

O Sr. Sérgio Amoroso, moderador do Painel, informou que os empresários têm investido em temas de violência, direitos da criança, experiências de creches, ações de combate à desnutrição infantil, entre outros. Entretanto, assinalou que o investimento privado não é maciço. Considera que falta criar modelos por parte das empresas para que o setor governamental dê escala a boas práticas. O desafio, disse, é contar com um marco legal que conecte os 3 poderes, produza mais inovações e amplie a atuação dos diferentes setores.

6.1 Sr. Javier Rodríguez Fundação ARCOR, Argentina. Informou sobre as atividades que conduzem na Argentina junto com outras empresas. Comentou sobre as ações que combinaram os direitos da criança com os princípios empresariais que - com o apoio do UNICEF, Pacto Global e *Save the Children* – foram sintetizadas em 10 princípios intitulados: "Empresas pela infância". Promovem um trabalho a favor da infância, desde a perspectiva de direitos, por meio de eixos de atuação tais como: pesquisas para produzir conhecimentos; promoção e socialização da informação;

difusão, mobilização e incidência; trabalham também na orientação a empresas que desejam incorporar-se às ações de responsabilidade social conduzidas pela ARCOR; promoção do desenvolvimento da linguagem e da equidade. Possuem programas associados ao compromisso de hábitos de vida saudável com instituições como o Ethos, IARSE, SITEAL-SIPI; entre outras.

6.2 Sr. Ingo Ploger, Presidente do Conselho de Empresários para América Latina (CEAL).

CEAL agrupa empresários de 20 países. No Rio de Janeiro, o CEAL aprovou trabalhar em 3 objetivos: i) retomar o crescimento econômico; ii) reduzir a pobreza; e iii) cuidar o meio ambiente. O Capítulo Brasil do CEAL elegeu trabalhar o tema da pobreza e, dentro deste, a primeira infância como prioridade. Eles concordam em estimular a busca de excelência, embora não seja muito fácil obter financiamento para educação. Está de acordo com os achados da neurociência para sustentar as ações e com as motivações expressas pela cantora Shakira para sensibilizar e atrair mais empresas e fundações para apoiar os compromissos com a infância.

6.3 Sr. Eduardo Queiroz, Presidente da Fundação María Cecilia Souto Vidigal, Brasil.

Disse que existem grandes empresários, representantes do governo federal, redes da sociedade civil, legisladores, mas que esses líderes devem se reunir periodicamente para trabalhar juntos. Por exemplo, nesta reunião há poucos empresários, ressaltou. Ele também comentou que em parceria com o CEAL querem criar um movimento pela primeira infância, semelhante ao que já existe na Argentina. Expressou seu desejo de motivar mais prefeitos, pois a experiência de trabalho da Fundação com alguns municípios tem sido exitosa.

Sr. Sérgio Amoroso, Presidente da Fundação Jari, (moderador). Manifestou que os painelistas concordam que a participação e o apoio das empresas em ações concretas a favor da primeira infância é fundamental para contribuir com as políticas públicas. Quanto ao suporte para programas destinados à família, nada substitui uma boa família, uma vez que constitui um bom suporte para o desenvolvimento das crianças.

O Sr. Amoroso concluiu o painel solicitando a criação de condições, estratégias e incentivos para atrair mais empresas. Considera que existe a necessidade de flexibilizar algumas leis sobre primeira infância; é preciso que os legisladores tomem decisões que visem priorizar e orientar a formação de um movimento mundial de aliança pela infância com enfoque em direitos.

7.- PAINEL: “Avanços e desafios das iniciativas legislativas e ações a favor da primeira infância nos países do hemisfério”

7.1 Deputados da Associação de Legisladores e Ex-legisladores a Favor da Educação com Prioridade na Primeira Infância de Michoacán, México:

Dep. Rosa María Molina Rojas. Destacou a importância da educação oportuna, pertinente e de qualidade para a primeira infância. Assinalou que, como deputados, buscam priorizar a educação na agenda legislativa, como primeiro passo para a mobilidade social buscarão aplicar as políticas públicas de maneira eficiente. Disse que o México já conta com uma Lei Federal para a Proteção dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes.

Convidou para o Congresso Internacional sobre Primeira Infância que será realizado nos dias 26 e 27 de setembro de 2013 em Morélia, Michoacán, México, evento organizado pelos deputados.

Dep. Laura González Martínez. Enfatizou que o desenvolvimento das habilidades afetivas e de linguagem, além de um bom desenvolvimento físico que inclua imunização e nutrição durante

a primeira infância, representará, para os países, ter crianças, jovens e adultos mais competitivos, com melhores relações familiares, afetivas e profissionais.

Falou sobre o programa “Oportunidades” e a experiência de ter coordenado o programa em Michoacán, atendendo a 360.000 famílias, e beneficiando 1 milhão e 200 mil habitantes, sendo que o desafio principal foi romper o ciclo transgeracional da pobreza. Reconheceu que a pobreza dói, porque ela é herdada de pais para filhos. Disse que o desafio no México, em torno à primeira infância é torná-la visível, potente e cobrar para que sejam designados orçamentos específicos.

Dep. Cristina Portillo. Falou sobre a lei aprovada pelo Congresso de Michoacán para a proteção de crianças e adolescentes; por meio desta lei foi criado um Conselho Estadual de proteção a crianças e um programa que chega aos conselhos municipais, onde se protege a todas as crianças, bem como àquelas com necessidades especiais, com HIV/Aids, câncer e outros problemas como exploração sexual, laboral, entre outros. O desafio que esperam resolver é contar com um banco de dados estatísticos de temas importantes, como os assinalados no seu relatório.

Dep. Sarbelio Molina. Falou sobre a lei que promoveu para prevenir a violência escolar, recordando que esta inicia na família, e as crianças crescem acreditando que esta é a forma de convivência normal; manifestou ainda sua determinação para que existam escolas livres de violência, em âmbitos de paz e de não violência. Também informou sobre a criação de um Conselho contra a violência escolar que será implementado nos 113 municípios do estado.

Para que a primeira infância das crianças seja plena, reafirmou, há a necessidade de diminuir a diferença educativa que existe entre as elites e as classes menos favorecidas que não têm acesso à educação e ao cuidado desde as idades iniciais.

Dep. Fernando González. Falou sobre as Escolas Infantis e explicou a Lei para a Prestação de Serviços de Atenção, Cuidado e Desenvolvimento Infantil que pretende regular de maneira homogênea os Centros de Atenção Infantil, para salvaguardar a integridade, crescimento e desenvolvimento integral da infância com serviços de nutrição, salubridade, alimentação balanceada, saúde e educação de qualidade, fomentando a equidade de gênero. Assinalou que foram estabelecidos requisitos mínimos para a criação das escolas, em matéria educativa, de saúde e proteção; e que estas serão públicas, privadas e mistas.

7.2 Congressista Karla Schaefer Cuculiza, Presidenta da Comissão de Saúde e População do Congresso da República do Peru, Presidenta da Rede de Parlamentares pela Primeira Infância.

Refletiu sobre alguns temas da realidade do Peru: i) 12,5% das adolescentes mulheres de 15 a 19 anos de idade já são mães ou estão grávidas pela primeira vez; ii) Somente 4 de cada 10 mulheres adolescentes rurais (43%) terminam a educação secundária; iii) Os maiores percentuais de adolescentes que são mães ou estão grávidas são de mulheres sem educação e com educação primária (19,7% e 33,9%, respectivamente); iv) Em 2010, ainda ocorriam 19 mortes de crianças menores de cinco anos por mil nascidos vivos. Em 1990, a taxa era de 78 mortes; v) A taxa de mortalidade infantil de crianças menores de 1 ano, em 2010, foi de 15 óbitos por mil nascidos vivos. Em 1990, era de 55/1000; vi) A taxa de mortalidade neonatal (até os 28 dias após o nascimento), em 2010, era de 9 por mil nascidos vivos; vii) A taxa de nascimento é de quase 600 mil crianças por ano.

Socializou as leis aprovadas: i) extensão da obrigatoriedade de lactários não apenas em instituições públicas, mas também nas privadas; ii) ampliação do descanso pós-natal quando se trata

de nascimentos múltiplos ou de bebês com necessidades especiais; iii) promoção do cumprimento do direito de alimentos a favor das crianças e da mãe; iv) legislação contra a violência familiar e contra a mulher, as mesmas que estão sendo revisadas para serem melhoradas; v) Lei que declara o dia nacional contra o tráfico de pessoas (68% das vítimas são crianças); vi) triagem para prevenir a pré-eclampsia em mulheres grávidas.

Mencionou como pendentes: i) o acesso oportuno aos serviços de saúde integral; ii) a educação em melhores condições para o desenvolvimento integral da criança; iii) o fortalecimento familiar com responsabilidade compartilhada entre a mãe e o pai, em torno de seus filhos; iv) o empoderamento da mulher e da comunidade; v) a proteção da criança durante a gestação e em seus primeiros anos de vida; vi) o respeito à diversidade cultural; vii) o orçamento necessário para cumprir com as políticas, planos e programas.

7.3 Luis Morales Solís, Deputado do Equador.

Ele se referiu à nova Constituição da República do Equador, disse que fortalece a harmonização das legislações nacionais com ênfase nos direitos e regimes de trabalho, imigração, fronteiras, ambiental, social, educativo, cultural e de saúde pública, de acordo com os princípios de progressividade e de não regressividade.

Mencionou dentre as leis aprovadas: o “*Bono solidario*” (Bono Solidarietà) para as mães solteiras, a presença do pai no parto e 10 dias de licença para acompanhar a mãe e o filho. Também manifestou seu compromisso em promover, prioritariamente, o desenvolvimento integral e assegurar o exercício pleno dos direitos da criança, sobretudo a igualdade e a não discriminação.

7.4 Rosa Alma Cruz, Relatora da Comissão da Família, Infância, Adolescência e o Adulto, Deputada de El Salvador.

Informou sobre os avanços e o processo de implementação dos direitos da infância para 32% da população (crianças e adolescentes). Existe a política nacional de infância e adolescência que passou por um processo de consulta no qual participaram 55 municípios dos 262 que tem o país e 5.135 crianças. Também informou que o sistema nacional de proteção está sendo fortalecido, que atualmente já existem o desenho e os mecanismos de coordenação nacional e local para os quais participam instituições públicas e privadas.

Assinalou que em 2010 foi aprovada a Lei de Proteção Integral da Infância e Adolescência com mecanismos sociais e jurídicos. O governo investiu significativamente em programas sociais: Programa de Alimentação e Saúde Escolar (PASE), o *Vaso de Leche* (Copo de Leite), ecos familiares, como parte da ação de educação, pois a boa saúde é parte do viver bem.

7.5 Deputada Corina Morales Miranda, Comissionada de Assuntos da Mulher, Infância, Família e Credenciais de Saúde. Representante da mulher de povos indígenas, Congresso do Panamá.

Assinalou os avanços legislativos em favor da Primeira Infância: a aprovação da Lei de pensão alimentícia até os 18 anos; a recepção ao projeto e Plano Piloto *Ann Sullivan* para crianças autistas com os lemas: “Quero viver feliz em meu país” e “juntos fazemos possível o impossível”. Igualmente, informou que atualmente existem projetos de Lei de adoção, tráfico de pessoas e de pedofilia.

Concluídas as apresentações, a moderadora, Dra. Gaby Fujimoto, resumiu o seguinte:

- Em todos os países há consenso sobre a importância de contar com marcos legais que facilitem as boas intenções expressadas pelos legisladores.
- Todos os países trabalham para responder às necessidades da criança e da mãe, da família e dos mais vulneráveis.
- Existe sensibilidade dos legisladores para legislar a favor da demanda da primeira infância.
- Existe preocupação na Região, porque a atenção às crianças requer um trabalho multipartidário nos Congressos.
- Há um processo que evidencia a necessidade de dar seguimento às redes de legisladores em matéria de primeira infância, que compreenda também o seguimento por orçamentos adequados para os programas e ações.
- É necessário contar com marcos legais para dar sustentabilidade aos avanços de políticas, programas e serviços de primeira infância.

8.- CONFERÊNCIA: Avaliação de Programas de Desenvolvimento Infantil, Sr. Rodrigo Pinto (Brasil/USA).

Assinalou que o Capital Humano é responsável por cerca de 70% da riqueza produzida por uma sociedade. Existe uma ampla literatura acadêmica que estuda a acumulação de capital humano na idade adulta. Esta literatura sugere o investimento na primeira infância.

Mencionou o discurso do Presidente dos Estados Unidos (2013) que disse que cada dólar investido na educação de alta qualidade na primeira infância representa uma economia de mais de sete dólares de fundos públicos. Esta economia é medida em termos de taxas mais altas de graduação escolar, redução do número de adolescentes grávidas, redução da ocorrência de delitos violentos.

Mencionou os dados, vantagens e resultados alcançados como efeito do Projeto Perry: o uso do currículo Perry em 30% dos centros de educação *Head Start*. Ele comentou que o Currículo Perry está centrado em habilidades cognitivas, na capacidade de planejar, executar e avaliar as tarefas; que enfatiza o autocontrole, o planejamento e a resolução de conflitos interpessoais (habilidades sociais e cognitivas). As funções executivas de maior importância são: resolução de problemas / conflitos, raciocínio, planejamento.

O currículo Perry tem influências de Piaget porque melhora a interação professor-aluno e a aprendizagem em escolas monitoradas; e de Vygotsky: Zona de Desenvolvimento Proximal, aprendizagem mediada pelas transmissões culturais (enfoque inspirado em "Ferramentas da Mente").

Por sua vez, o Currículo Abecedário ajuda a melhorar a linguagem, o desenvolvimento cognitivo e emocional. Comparado com o Projeto Perry, este teve um maior impacto nas habilidades relacionadas ao desenvolvimento cognitivo, apresentou melhores resultados em termos de atitudes antissociais e conduta criminal. Abecedário desenvolveu habilidades mistas, e seu custo de aplicação é mais barato.

Apresentou também os resultados da intervenção na Jamaica que forneceu os seguintes resultados: i) Melhorou a interação mãe-filho durante a infância; ii) Aumentou de forma permanente a capacidade cognitiva de mulheres; iii) Resultados particularmente fortes para as mulheres durante a idade adulta; iv) Aumentou, em média, 49% a renda mensal dos trabalhadores

no grupo de tratamento; v) Aumentou de 2% para 60% a renda mensal dos jovens com empregos permanentes.

DIA 18 DE ABRIL DE 2013

1.-CONFERÊNCIA: “Investir no Desenvolvimento da Primeira Infância para a Redução da Pobreza”, Experiência da China. Dr. Fang Jin- Diretor de Pesquisa sobre o Desenvolvimento da Primeira Infância (China)

A Fundação China para o Desenvolvimento da Pesquisa (CDRF) foi criada para promover o desenvolvimento social e a melhoria do estado nutricional. Concluíram que somente o desenvolvimento econômico não reduziria os problemas da pobreza. A experiência da China, aplicada pela CDRF, pelos resultados alcançados, se converteu em uma alternativa para ser replicada em várias províncias. A experiência tem como características:

- Nos anos 70 o governo decidiu que o desenvolvimento econômico não era suficiente. A primeira infância foi uma estratégia nova, mas tinham que provar ao governo.
- Identificaram que existe uma relação forte entre o desenvolvimento da primeira infância e a redução da pobreza.
- Implementaram o projeto junto à população mais pobre da China, na parte central, nas áreas rurais do país onde 23% das crianças foram diagnosticadas com baixo peso por desnutrição.
- O projeto incluiu subsídios para alunos pobres, que vão de 3 a 5 anos; e subsídio para alimentação escolar com dietas nutritivas.
- Foi realizada intervenção nutricional para crianças de 9-24 meses; foram proporcionados micronutrientes, sachê nutricional para crianças de 6 a 24 meses e avaliação para mulheres grávidas. O pacote nutricional custa 0,40 centavos de dólar.
- A intervenção educativa foi realizada por meio dos centros de atenção sob a responsabilidade de professores; se realiza com forte participação das famílias (mães são capacitadas).
- Os resultados da intervenção foram: a desnutrição diminuiu em 40%. Entre outras melhoras: aumento do desenvolvimento da linguagem, psicomotricidade, memória, etc.
- Tem havido muito interesse no envolvimento de pais, cuidadores e visitas domiciliares no desenvolvimento futuro do projeto.

Assinalou que o presidente Xi Jinping aprovou o Plano Nacional apresentado pela Fundação CDRF com base nas experiências de 9 projetos e nos resultados das pesquisas. No Plano, a visão política está sempre presente, existe um Conselho nacional e Conselhos em cada estado, onde cada setor tem um tópico específico e devem coordenar ao nível nacional, estadual e local.

Observou que é preciso investir no capital social, assegurar financiamento governamental e implementação de políticas. A proposta da Fundação possui um forte componente de capacitação em todos os níveis, desde pais, avós, prevendo muito apoio para as áreas rurais. Recomendam que neste século, para investir na estratégia de capital humano, é preciso atualizar a infraestrutura para contar com mão de obra qualificada.

2.- PAINEL: “Compromissos políticos municipais e resultados em torno aos direitos da criança e a atenção integral de qualidade durante a primeiríssima infância”

2.1 Edward Reátegui, Prefeito de Mazán, província de Maynas, Loreto-Peru. Apresentou o projeto “Crescendo Juntos”, que é desenvolvido em 3 municípios do distrito de Mazán, província de

Maynas, Loreto. É uma experiência exitosa que se propõe a melhorar a gestão local, o trabalho intersetorial e comunitário. Os eixos de atenção às crianças e suas famílias estão centrados nos aspectos de saúde, educação, nutrição, identidade e habitabilidade. A implementação de um centro de vigilância comunitária que atende 168 famílias, oferece oficinas para consumo seguro de água, lavagem das mãos, sessões para o preparo de alimentos, oficinas sobre aleitamento materno, sessões de estimulação precoce; entre outros. Para a sustentabilidade do projeto e de futuras ações a favor da primeira infância, criou-se a Oficina de Atenção Integral para a Primeira Infância dentro de cada município distrital onde o projeto é executado.

Entre as realizações do projeto, mencionou: possuem uma linha de base, a desnutrição infantil diminuiu em 2 pontos percentuais no distrito; foi instituído o controle e a vigilância do crescimento e do desenvolvimento das crianças; aumentaram o percentual de crianças com carteira de identidade (documento nacional de identificação - DNI) de 65% para 90%; em 2014, pretendem atender 504 famílias; atualmente são atendidas 550 crianças.

2.2 Deputada Elida Rasino, Ex-Ministra de Educação da Província de Santa Fé, Ex-Secretária de Promoção Social da Cidade de Rosário, Argentina. Apresentou o Plano de Ação do Ministério de Educação e uma experiência de gestão integrada para a primeira infância no município.

Desde o Ministério de Educação destacam-se ações relacionadas à formação de professores, com ênfase no jogo, as múltiplas linguagens e a filosofia com crianças; um serviço de profissionais que trabalha com a problemática educativa da criança, articulando família e escola, e uma proposta experimental de escola que combina espaços abertos para o bairro e dispositivos destinados tanto a gestantes como a todas as infâncias e adolescências.

A proposta municipal é uma experiência desenvolvida desde 1995 a 2001, que se destacou por: abordar a problemática da pobreza criando vínculos e redes de forma preventiva e desde programas pedagógicos. Este Programa articulou todos os recursos e serviços da Secretaria de Promoção Social em três níveis de intervenção: 1 - territorial com atenção socioeducativa para todas as idades (educando hábitos e habilidades em nutrição, autoprodução de alimentos, medicina natural, puericultura e criação dos filhos, organização familiar, projetos entre vizinhos e plena inclusão escolar no primeiro ano); 2 – atenção de casos especiais: violência, abandono, situações críticas; e 3 – construção de redes interinstitucionais para fortalecer vínculos Estado/Sociedade Civil.

Isso permitiu manejar os recursos orçamentários com uma eficiência muito superior já que no período de 1995/2001, **com o mesmo orçamento**, foram realizadas as despesas da estrutura pré-existente mais o funcionamento de **56 novas instituições** criadas ad hoc na Secretaria de Promoção Social. Todas essas instituições contavam com profissionais (professoras de pré-escola, agrotécnicos, antropólogos, orientadores familiares, etc.).

De lá, a primeira infância foi abordada com propostas de educação e promoção dirigidas ao grupo familiar. Este projeto teve como beneficiários diretos 5.400 famílias e indiretos, 130 mil pessoas de bairros pobres.

Assumindo que a desigualdade é inerente ao sistema econômico e que conduz a uma cultura de sobrevivência, em situações de violência, a expositora defendeu políticas que abordem a problemática da infância de forma sistêmica, com centralidade na família. Também destacou a necessidade de evitar reproduzir a fragmentação social com fórmulas exclusivamente focalizadas nos pobres, e demonstrou que políticas integrais garantem melhores resultados de desenvolvimento humano e otimizam o orçamento.

Nesse sentido, a cidade de Rosário, na Argentina, enquadrando a política da Secretaria de Promoção Social a ações integradas voltadas à infância. Desde uma destacada atenção da saúde pública, passando pela transformação urbana com eixo no espaço público, até uma dinâmica sociocultural baseada na convivência e na participação. Dentre suas múltiplas ações, a cidade aderiu ao projeto do pedagogo italiano Francesco Tonucci denominado “Cidade das Crianças”, criou Conselhos de Crianças para pensar a cidade e estabeleceu um dia dedicado ao Jogo e à Convivência por portaria municipal.

2.3 Sr. Julio Lossio, Prefeito de Petrolina, Pernambuco, Brasil. Apresentou o programa NOVA SEMENTE, de atenção a crianças de 0 a 5 anos, com programas de pré-alfabetização, nutrição e saúde, na cidade de Petrolina. A atenção às crianças se dá por meio de creches que atendem a crianças de 0 a 4 anos (18%) e de pré-escolas para crianças de 4 a 5 anos, com cobertura de 89%. A estratégia é estabelecer sinergias entre a prefeitura, instituições que já trabalham com crianças, instituições privadas, empresários e comunidade.

Apresentou também o programa Nova Semente e os efeitos da educação na primeira infância. Os resultados são os seguintes: i) Maior tempo de permanência na escola, alcançando maiores níveis acadêmicos; ii) Taxa de fracasso escolar inferior; iii) Melhores salários na idade adulta; iv) Menor propensão à delinquência.

Comentou sobre o desafio de formação e capacitação dos responsáveis pelo trabalho com crianças e famílias; o protagonismo das famílias na saúde e a qualidade da atenção.

2.4. Sra. Valserina Gassen, Prefeita de São João do Polêsine, Rio Grande do Sul, Brasil. Apresentou o programa que é implementado na zona rural do Município de São João do Polêsine, quarta colônia italiana, por meio do Programa Primeira Infância Melhor (PIM). A estratégia utilizada para atender a crianças de 0 a 6 anos são as visitas domiciliares, que inclui o apoio às famílias. A visitadora vai até os domicílios designados, levando consigo um kit de material de suporte para o trabalho com as crianças.

Os comentários neste Painel assinalaram que um grande desafio é a formação curricular dos profissionais, entre eles o pediatra que se forma para tratar doentes, e que a formação deve ser modificada e orientada para a promoção do desenvolvimento infantil, para apoiar as equipes que trabalham com a família. Outro desafio detectado por uma pesquisadora da Universidade do Paraná é investir mais nas idades de zero a três anos, com o apoio de empresas.

TRABALHOS DE GRUPO:

Coordenação: Gaby Fujimoto, Rede Hemisférica/USA e Vital Didonet, Consultor Legislativo aposentado da Câmara de Deputados/Brasil

Os participantes do evento foram divididos em dois grupos:

- i) Grupo 1: do Brasil.
- ii) Grupo 2: formado pelas delegações e conferencistas da Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Holanda, México, Panamá e Peru.

As orientações para os trabalhos de grupo foram: Definir a construção do marco legal para as políticas públicas sobre primeira infância: O que significa o marco legal, quais as nossas recomendações, que componentes importantes podem ser incluídos no marco legal? Quais estratégias são necessárias para a implementação do marco legal na prática? Depois da plenária, ambos os grupos trabalharam com mais detalhes suas propostas. Ver os Anexos I e II.

5.- Plenária final e encerramento do evento

A sessão foi presidida por Osmar Terra, Presidente da Frente Parlamentar da Primeira Infância do Brasil que agradeceu a toda a equipe de organização do Brasil e aos participantes por terem acompanhado o Seminário. Por parte do Conselho Diretor da Rede Hemisférica de Parlamentares e Ex-parlamentares pela Primeira Infância, presidiram o seu Presidente, Alberto Anaya; o Secretário Executivo, Enrique Kú Herrera, e a Secretária Técnica e de Assuntos Internacionais, Gaby Fujimoto.

A Dra. Gaby Fujimoto comentou os resultados do Grupo de Trabalho 2 e o Sr. Vital Didonet com Carolina Drugg e Renata Martins, os resultados do Grupo de Trabalho 1. (Ver Anexos I e II).

O Plano de Trabalho da Rede Hemisférica foi aprovado, e foi feito o convite para a Terceira Reunião da Rede Hemisférica de Parlamentares e Ex-parlamentares pela Primeira Infância que será realizada em Monterrey, Nuevo León, México nos dias 23 a 27 de outubro de 2013. O Deputado Alberto Anaya fez o encerramento do Seminário.

ANEXO I

RESULTADOS DE GRUPO DE TRABALHO - GRUPO I: Coordenação Sr. Vital Didonet, Consultor legislativo aposentado, Brasil, contribuições coletadas por Carolina Drugg e Renata Martins

Estas sugestões e proposições são apresentadas como subsídio ao Congresso Nacional, particularmente aos deputados e deputadas da Frente Parlamentar da Primeira Infância que expressaram seu desejo de complementar e melhorar o marco legal da primeira infância no Brasil.

O parâmetro utilizado pelo grupo foi que todas as crianças do país tenham todos os seus direitos garantidos. Este objetivo implica um olhar atento às questões da desigualdade geográfica, cultura econômica e social, às históricas exclusões de grupos étnicos entre eles, particularmente, as crianças.

Novos problemas surgem com o progresso econômico, com o desenvolvimento tecnológico, com o avanço das comunicações. A legislação e as políticas públicas devem estar atentas a eles, sugerindo medidas adequadas e eficientes para prevenir e, quando falhar a prevenção, corrigir e minimizar o dano causado à vida e ao desenvolvimento das crianças.

O grupo expressa a expectativa de que o Legislativo Federal possa receber estas sugestões, e classificar o que pode servir como matéria legislativa e o que pertence ao campo das políticas públicas e decisões administrativas, considerando que, no segundo caso, pode servir como inspiração para as medidas legais.

TEMÁTICA	ÁREA, SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES
GESTÃO PÚBLICA	
Enfoque intersetorial e ações globais	Investimento em ações intersetoriais que privilegiem a gestão compartilhada entre correspondentes por políticas corresponsáveis pela primeira infância, integralidade no cuidado e multidisciplinaridade na formação de equipes. Uso de indicadores sociais e emocionais, não apenas cognitivos.
Cooperação das três	Inclusão da Primeira Infância na Lei Orgânica de Municípios.

esferas de governo	Regulamentação do Artigo 23 da Constituição Federal que trata da cooperação entre a União, os Estados e os Municípios, definindo claramente as competências de cada esfera.
Territorialização	Articulação de ações no território, aumentando sua capacidade de ampliar a eficiência. Atenção à capacidade de ampliação das iniciativas de atenção à primeira infância.
Atenção à diversidade e especificidade de cada idade	Promoção de ações que privilegiam as diferenças entre os grupos de idade de 0 a 3 anos e de 3 a 6 anos, e solucionar os problemas relacionados com o corte destes grupos etários. Atenção sensível aos mais excluídos. Por exemplo: as crianças com necessidades especiais, filhos de pais com deficiência, indígenas, populações ribeirinhas, quilombolas.
Planejamento	Orientação do Marco Legal com os Parâmetros do Plano Nacional da Primeira Infância.
Financiamento	Previsão de financiamento exclusivo para investir em ações dirigidas à primeira infância nas áreas que correspondem a esta etapa, nas três esferas de governo. Reservar recursos sem vinculá-los a determinado setor ou organismo de governo, preferencialmente disponibilizá-los em uma instância única que permita uma gestão compartilhada. Obrigação de previsão de fundos orçamentários para a primeira infância no Orçamento Geral da União, de Estados, do Distrito Federal e dos municípios. Fortalecimento de fundos para crianças e adolescentes para que sejam efetivos no financiamento de políticas e planos para crianças e adolescentes.
FORMAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL (DI)	
Formação inicial, graduação na Universidade	Inclusão de temas de DI nos planos de estudo de diferentes profissões que trabalham com a primeira infância.
Gestores de Políticas Públicas	Formação para gerentes em cursos específicos de curta duração, com a finalidade de atualizar a ciência derivada da pesquisa sobre desenvolvimento infantil.
Profissionais de campo	Formação em serviço para profissionais que trabalham com a primeira infância, independentemente de seu nível educativo. Exemplo: professores, conselheiros tutelares, agentes comunitários de saúde. Definição do perfil daqueles que trabalham com crianças na primeira infância.
Operadores de Direito	Formação em DI, redes sociais de proteção e outros temas das áreas de juízes, fiscais, advogados interessados ou que trabalham no campo dos direitos da criança.
INSTRUMENTO DE AÇÃO	
Plano Nacional para a Primeira Infância – PNPI	Adoção do Plano (PNPI) como instrumento de referência para a concepção de criança e infância, para os princípios de gestão, políticas e ações, por ser um documento político e técnico integral e de longo prazo, aprovado pelo CONANDA e confirmado pelo governo (Secretaria de Direitos Humanos - SDH) para ações intersetoriais no âmbito dos direitos da criança até 6 anos de idade. Criação de um mecanismo jurídico que determine a elaboração de planos estaduais e municipais pelos direitos da criança de até 6 anos, ao longo das linhas do PNPI.
FAMÍLIA	
	Apoio do estado às famílias, por meio de iniciativas que priorizem seu protagonismo no

Fortalecimento das competências familiares	<p>cuidado e na educação das crianças.</p> <p>Apoio do estado às famílias de casais jovens, desde a gestação.</p> <p>Qualificação da atenção pré-natal, com enfoques que promovam não apenas os aspectos físicos e emocionais da gravidez, mas que também incluam temas relativos ao cuidado de crianças, a construção de limites, entre outros.</p> <p>Promoção de iniciativas que favoreçam a participação dos pais/casais. Exemplo: atribuição de trabalho para acompanhar consultas de mulheres no pré-natal, parto e puerpério.</p> <p>Criação de mecanismos que mantenham a criança com a mãe até os seis meses de idade, garantindo o aleitamento materno mínimo recomendado, a criação de vínculo e a convivência familiar.</p> <p>Indicação de um protocolo pré-natal com informações de diferentes áreas de desenvolvimento infantil (melhoria do livro/caderneta da criança)</p>
Paternidade Responsável	<p>Assegurar seis meses de licença maternidade para as mulheres que trabalham no setor privado, contribuindo para a permanência do bebê com a família e a garantia do aleitamento materno exclusivo.</p> <p>Autorização legal para que o pai acompanhe os exames pré-natais.</p>
CONSELHOS DE DIREITOS	
Conselho Tutelar	<p>Melhoria das condições de trabalho dos Conselhos: espaços para reuniões, equipe de informática, apoio de secretaria, apoio técnico e jurídico, veículos, etc.</p> <p>Formação inicial e em serviço.</p> <p>Ação intersetorial.</p> <p>Revisão do número de conselhos pelo tamanho da população.</p> <p>Garantir a presença de assessores sobre primeira infância.</p>
Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente	<p>Garantir a representação da primeira infância (assessores deste grupo de idade).</p> <p>Melhoria das condições de trabalho dos Conselhos: espaço para reuniões, equipe de informática, apoio de secretaria, apoio técnico e legal, veículos, etc.</p> <p>Capacitação para atuação intersetorial.</p>
DEFESA - ADVOCACY	
Materiais legislativos das ciências sobre DI	<p>Promoção de ações para mobilizar e sensibilizar sobre a importância de investir em DI Exemplo: Dia do Bebê, Semana do Bebê/Criança.</p> <p>Ampliar a disseminação, e com fácil compreensão, das leis relacionadas com a proteção, o cuidado e a educação das crianças na primeira infância.</p>
SAÚDE – ALIMENTAÇÃO – NUTRIÇÃO SAUDÁVEL	
Na escola e na família	<p>Fortalecimento de iniciativas de promoção da saúde em estabelecimentos de educação infantil, centros de cuidado diário e pré-escolas públicas e conveniadas, (Programa Saúde na Escola – PSE - na educação infantil; e de saúde, nutrição e alimentação saudável na família).</p> <p>Cuidados preventivos nas áreas de odontologia pediátrica e desenvolvimento da</p>

	linguagem.
PROTEÇÃO	
Prevenção de acidentes	Medidas legais mais exigentes e específicas para evitar acidentes no lar, de trânsito, em veículos, parques de diversões e parques infantis.
Publicidade	Regulação da publicidade e do marketing dirigido a crianças.
DIREITO DE JOGAR	
Nos espaços públicos	Determinação de que o Plano Diretor das Cidades deve prever e garantir espaços para praças e parques, sua manutenção e segurança. Promoção do jogo como atividade pública obrigatória dos governos para os cidadãos e crianças.
AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS E AÇÕES	
Parâmetros e Indicadores	Estabelecimento de parâmetros mínimos de qualidade para os programas de DI. Definição de critérios no ECA para aprovar e avaliar os programas e serviços para as crianças.
PROTAGONISMO INFANTIL	
Participação	Inclusão das opiniões das crianças sobre o que deve constar no Marco Legal da Primeira Infância. Menção explícita na legislação sobre o direito da criança a participar na definição e aplicação de tudo aquilo que lhe diz respeito.
ESTUDOS E PESQUISAS	
Incentivos	Criar incentivos para a realização de pesquisas e estudos nas áreas dos direitos da criança, do desenvolvimento infantil e sobre o impacto de ações dirigidas às crianças.
Disseminação	Determinação para que os meios de comunicação, enquanto concessão pública, divulguem informação às famílias, dados de pesquisa, estudos e avaliações sobre o desenvolvimento infantil e que transmitam orientações práticas sobre diferentes temas de interesse para a proteção, o cuidado e a educação da criança.

ANEXO II: RESULTADOS DO GRUPO 2

ACORDOS, CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES: PROPOSTA PARA A CONSTRUÇÃO DO MARCO LEGAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA.

Grupo de trabalho conformado pelas delegações e conferencistas da *Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Holanda, México, Panamá e Peru*, os quais trabalharam sob a coordenação dos Doutores *Gaby Fujimoto, Alberto Anaya e Enrique Ku*, com o apoio no Comitê de relatoria dos profissionais: *Juana Shedan, Bernardo Aguilar e Rosalio Tabla*.

Os legisladores, convocados pela Frente Parlamentar da Primeira Infância do Brasil e a Rede Hemisférica de Parlamentares e Ex-parlamentares pela Primeira Infância, reunidos em Brasília, nos dias 16 a 18 de abril de 2013, acordaram, para definir a construção de um Marco Legal para as políticas públicas de primeira infância, o seguinte:

O MARCO LEGAL DEVE:

- Respeitar como marco de referência os acordos que os países ratificaram na Convenção dos Direitos da Criança (CDC), os Comentários Gerais 7, 9, 11 e 13; e os compromissos firmados nos diferentes fóruns internacionais e no âmbito dos países, a fim de harmonizar e adequar às leis existentes em cada país.
- Apesar da existência de acordos internacionais e leis nos países, elaborar uma lei específica de política nacional em cada país, que permita cumprir com os compromissos internacionais e nacionais; e que considere a criança como sujeito de direitos, desde a pré-concepção, a gestação, o parto, o pós-parto até seu desenvolvimento integral aos seis anos.
- Considerar todas as crianças de 0 a 6 anos como sujeitos de atenção de caráter integral orientada ao seu desenvolvimento pleno; indistintamente e sem discriminação de etnia, religião, equidade de gênero, condição socioeconômica.
- Observar o princípio de integralidade e da intersetorialidade na atenção da Primeira Infância já que, na atualidade, esta atenção se dá de forma fragmentada.
- Priorizar a proteção e o cuidado das crianças em situação de vulnerabilidade, os mais excluídos que vivem na pobreza, os com necessidades especiais, desabrigados, os que vivem na rua, os indígenas, aqueles que vivem em áreas indígenas, afrodescendentes, de fronteira, outros.
- Observar para que toda a política nacional incorpore a participação da família, sociedade civil, empresas, conselhos, entre outros.
- Garantir a mais alta qualidade possível na oferta de programas, serviços e ações de atenção integral das crianças de 0 a 6 anos.
- Assegurar a designação de orçamentos adequados para realizar as ações de atenção integral, proteção e cuidado da primeira infância e desenvolver ações compartilhadas entre os setores, desde o nível nacional, até o estadual e municipal.

OS COMPONENTES, PROGRAMAS, ATIVIDADES DO MARCO LEGAL, DE ACORDO COM A REALIDADE DE CADA PAIS, PODEM SER:

- O diagnóstico da situação da Primeira Infância em cada país (Perfil) a partir da análise da educação e dos indicadores de atenção integral das crianças na primeira infância, particularmente nas idades de 0 a 4 anos.
- Estudos de legislação comparada sobre desenvolvimento e atenção infantil de Primeira Infância no hemisfério.
- Programas de sensibilização e capacitação de legisladores de diferentes âmbitos: locais e nacionais, por meio da oferta de cursos de Mestrado e Graduação desenhados de acordo com as necessidades dos legisladores.
- Programas de sensibilização e capacitação de famílias, mães, pais e agentes educativos que respeitem o direito ao jogo, à brincadeira e à criação de espaços públicos para estes fins.
- Sistemas de informação com diretrizes, critérios e padrões de qualidade e seus mecanismos de avaliação definidos para monitorar e fazer o seguimento do cumprimento dos direitos da criança e da qualidade dos programas e serviços de atenção à Primeira Infância.
- Um currículo intersetorial elaborado especialmente para atender integralmente a criança ou a modificação de alguns programas por especialidade dentro do campo das carreiras sociais (medicina, assistência social, educação, etc.).
- Estudos que compreendam a revisão e o enriquecimento da legislação que trata de assuntos de proteção, maus-tratos, abuso, violência infantil e violência escolar de crianças na Primeira Infância, especialmente de 0 a 3 anos.

- Sistemas de informação com a revisão de indicadores de maus-tratos, violência, trabalho infantil, abuso, prevenção para formar parte de grupos organizados, etc.
- Leis de promoção e proteção que promovam e priorizem a Primeira Infância, em particular em benefício das crianças de 0 a 3 anos.
- Leis que promovam a paternidade responsável e o cumprimento da licença e o direito trabalhista da mãe.

PARA LEVAR O MARCO LEGAL À PRÁTICA, RECOMENDA-SE COMO ESTRATÉGIA:

- Acordar em âmbito internacional (apoiados pela Rede Hemisférica e a Frente Parlamentar) sobre o que compreende o Marco Legal, definir os atores, responsabilidades e processos a seguir em cada país.
- Realizar consulta aos Congressos Nacionais, estaduais e locais (particularmente no caso do México) sobre o que foi acordado na presente reunião, realizada no Brasil (16 a 18 de abril de 2013). Realizar consulta popular sobre os avanços em temas de primeira infância.
- Organizar Grupos de trabalho e Comissões de legisladores em seus respectivos países e Congressos para levar à prática os acordos desta reunião.
- Criar um Conselho Nacional Assessor e Diretor de Primeira Infância ou uma Secretaria de Primeira Infância que integre instituições públicas, privadas, sociedade civil e autoridades dos Ministérios de Economia e/ou Fazenda para facilitar a integração das políticas e programas em resposta às distintas dimensões da criança. Este Conselho definiria a administração da política nacional de Primeira Infância e facilitaria a implementação da mesma. O Conselho Assessor terá seus Conselhos Departamentais, estaduais ou provinciais; também, Conselhos Municipais.
- Criar redes para estabelecer mecanismos que facilitem a articulação intersetorial e territorial, portanto uma política articulada entre os diferentes níveis de governo (nacional, estadual e local). Convocar organismos e instituições internacionais que apoiem: todos os organismos das Nações Unidas, BID, OEA, dentre outros.
- Definir um curso de ação para alcançar o Marco Legal, a partir do diagnóstico da situação da primeira infância em cada país. Definir orçamentos coerentes com as ações propostas a partir do diagnóstico (em cada setor do governo nacional até o local) e de acordo com as dimensões de desenvolvimento da criança.
- Considerar a criação de um sistema de seguimento, monitoramento e avaliação de políticas para conhecer os avanços dos países.
- Buscar alternativas de mudança nos currículos de docentes e profissionais de carreiras sociais que sejam adequados às demandas da primeira infância.

Preparado por Dra. Gaby Fujimoto
Secretária Técnica e de Assuntos Internacionais da
Rede Hemisférica de Parlamentares e Ex-parlamentares
pela Primeira Infância
31 de maio de 2013

Agradecemos:

1. Ao Governo e ao Congresso do Brasil, particularmente à Câmara dos Deputados e ao Presidente da Frente Parlamentar da Primeira Infância, Dr. Osmar Terra, e seus assessores coordenados pelo Dr. Jorge Lemainski, organizadores do evento.

2. À contribuição dos consultores internacionais: Juana Shedan, Peru; Rosalio Tabla e Bernardo Aguilar, México, por suas contribuições para a elaboração do Relatório Final e do Anexo 2.
3. A Vital Didonet, Carolina Drügg e Renata Martins por terem conduzido e elaborado o Anexo 1 do presente Relatório.
4. À Cecilia Alva e Alessandra Schneider, consultoras internacionais do Peru e do Brasil, respectivamente, por seu apoio na preparação do Relatório e por todo o trabalho de divulgação e organização do Seminário em âmbito internacional.
5. À Alessandra Schneider e Gabriela Rivas pela tradução do presente Relatório ao português e ao inglês, respectivamente.

NOTA: ESTE RELATÓRIO ESTÁ ABERTO A AJUSTES POR PARTE DOS PARTICIPANTES.
ENVIAR AS CONTRIBUIÇÕES PARA: proyectos@innovacd.com e gfujimoto46@gmail.com